

**Reunião Ordinária Câmara Técnica de Planejamento Urbano e Mobilidade
06.10.2026**

Nome

Daniel Lopes de Luna Freira

Erica Genari

Guilherme Molinos

Giovana Sene

João Carlos Sproesser Mathias

Laura Antonio de Souza

Leticia Gomes Beneli

Rangel Pietraroia

Roberto Mitio Katsumoto

Assuntos Tratados

Pauta:

A reunião teve início com a retomada das discussões acerca do Parque dos Itambés, tema que também foi objeto de reunião extraordinária realizada no dia 1º de outubro de 2026. Foi informado que, desde a última reunião ordinária da Câmara Técnica, foram realizados três encontros de trabalho, sendo avaliada de maneira positiva a estratégia adotada de concentrar as discussões em um tema por vez, permitindo maior aprofundamento, objetividade e efetividade na construção das propostas.

Destacou-se que, embora o Parque dos Itambés permaneça como importante projeto da Câmara Técnica, observa-se atualmente maior interesse e senso de urgência em torno da revitalização da região central de Marília, razão pela qual o tema foi definido como pauta principal da próxima reunião.

Em relação ao Parque dos Itambés, foram retomadas algumas questões discutidas nos encontros anteriores. Inicialmente, a proposta estava relacionada à formação de uma grande área de preservação. Contudo, foram analisadas experiências negativas decorrentes de modelos semelhantes, especialmente diante do elevado custo que grandes áreas públicas podem gerar para o Poder Público e dos riscos de ocupações informais em regiões ambientalmente mais fragilizadas.

Diante dessas circunstâncias, passou-se a discutir como alternativa a estruturação do Parque dos Itambés enquanto um programa integrado de proteção e valorização ambiental, que reúna diferentes áreas existentes no entorno da cidade, inclusive propriedades privadas, dentro de um mesmo conceito territorial e ambiental.

Foi mencionada, nesse contexto, a possibilidade de adoção de modelo semelhante ao de Monumento Natural, categoria que permite a proteção ambiental de áreas que podem permanecer sob domínio privado, submetendo-as, contudo, a regras específicas de preservação e manejo. A proposta possibilitaria conferir maior identidade e unidade ao conjunto de áreas que formariam o denominado Parque dos Itambés, sem necessariamente exigir a aquisição ou incorporação integral desses imóveis ao patrimônio público.

Destacou-se que a estruturação do projeto deverá considerar a legislação ambiental pertinente, bem como a elaboração de um Plano de Manejo, com diretrizes relacionadas à conservação, manutenção, ocupação e utilização das áreas. Foi sugerido, inclusive, que essa discussão possa contribuir para a elaboração de diretrizes municipais mais amplas de manejo ambiental, abrangendo também áreas de córregos, nascentes e outros espaços ambientalmente sensíveis do município.

Também foi discutida a necessidade de estabelecer um zoneamento específico das áreas abrangidas pelo projeto, possibilitando identificar locais que possam receber equipamentos e atividades de lazer de forma ambientalmente adequada. Entre as possibilidades mencionadas estão a implantação de áreas para caminhada, trilhas, quadras e demais espaços de convivência, mediante critérios previamente definidos e compatíveis com as características de cada área. O Parque Cascata foi citado como possível referência para análise.

Considerando a natureza ambiental da proposta, destacou-se a pertinência de estabelecer atuação conjunta com a Câmara Técnica de Saneamento Ambiental. Foi informado que, no mês anterior, representantes do CODEM participaram de reunião na Universidade de Marília – UNIMAR com o professor e coordenador Fábio Manhoso, tendo sido discutida a possibilidade de aproximação entre a universidade e a Câmara Técnica de Saneamento Ambiental. Para o próximo semestre, está prevista a participação da Câmara em atividades relacionadas à disciplina de Saneamento Ambiental, buscando aproximar os estudantes das atividades do CODEM.

Nesse sentido, foi sugerido que o projeto do Parque dos Itambés possa ser apresentado também à Câmara Técnica de Saneamento Ambiental, possibilitando a construção conjunta de estudos e propostas.

Foi ressaltada, ainda, a importância de ampliar a cooperação com universidades e instituições de ensino, especialmente para produção de levantamentos técnicos e diagnósticos urbanos. Como referência, foi mencionado trabalho desenvolvido por instituição universitária de Assis relacionado ao levantamento e análise de calçadas em diferentes municípios, cujos resultados possibilitaram a formulação de diretrizes e materiais orientativos. Considerou-se que iniciativas semelhantes poderiam ser desenvolvidas em Marília, inclusive com participação de estudantes e pesquisadores.

Também foi discutida a necessidade de realizar uma revisão técnica dos conteúdos e propostas elaboradas pela Câmara, contando com profissionais especializados e membros da própria CT. Como encaminhamento, foi sugerido o envio de ofício a Fernando Neto, representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, buscando aproximação institucional e eventual colaboração nas discussões desenvolvidas pela Câmara Técnica.

Na parte final da reunião, iniciou-se a contextualização da próxima pauta, referente à revitalização do Centro de Marília. Foi informado que já vêm sendo realizadas pesquisas e levantamentos relacionados ao tema.

Entre as possibilidades preliminarmente discutidas estão a criação de espaços destinados a food trucks, áreas de lazer e convivência e outras iniciativas capazes de ressignificar a utilização do espaço público da região central.

Contudo, destacou-se que a revitalização não deve se limitar à reforma física ou estética dos espaços urbanos. Foi considerada fundamental a adoção de estratégias capazes de estimular novamente a moradia na região central, aumentando a presença cotidiana de pessoas e promovendo ocupação permanente do Centro.

Nesse sentido, ressaltou-se a necessidade de estudar instrumentos urbanísticos, incentivos e políticas públicas capazes de tornar a região novamente atrativa para moradores, comerciantes e investidores. A presença permanente de pessoas foi considerada elemento essencial para que as intervenções de revitalização produzam resultados duradouros e contribuam efetivamente para a recuperação econômica, social e urbana da área central.

Providências

1. Próxima reunião agendada para dia 03/11/2026;
2. Dar continuidade à estruturação do Parque dos Itambés, avaliando sua configuração enquanto programa integrado de proteção ambiental e a possibilidade de enquadramento ou utilização de instrumentos

3. Apresentar a proposta do Parque dos Itambés à Câmara Técnica de Saneamento Ambiental, buscando atuação conjunta;
4. Encaminhar ofício a Fernando Neto, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, visando à aproximação institucional e possível colaboração técnica.